- b) Os encargos ou os proveitos financeiros associados ao saldo acumulado da correcção de hidraulicidade.

2 — Os critérios para o cálculo da correcção de hidraulicidade são os seguintes:

- a) O custo económico da produção de energia eléctrica num dado ano, compreendendo os custos variáveis de produção e os custos de importação e aquisição de energia eléctrica, é determinado simulando a exploração do sistema electroprodutor para as afluências reais, o nível de enchimento inicial das albufeiras verificado e as taxas consideradas normais de disponibilidade do equipamento;
- b) O custo económico de referência é determinado, para cada ano, através da simulação da exploração optimizada do sistema electroprodutor para a série histórica de ciclos hidrológicos anuais em número não inferior a 30 e, nas mesmas condições de consumo, enchimento inicial das albufeiras e disponibilidades do equipamento que o custo económico de produção calculado nos termos do n.º 1;
- c) Os encargos ou os proveitos financeiros serão calculados considerando uma taxa equivalente ao encargo médio para a empresa durante o exercício, da dívida de médio e longo prazo expressa em moeda nacional.

3 — O valor anual de correcção de hidraulicidade é aprovado por despacho do Ministro da Indústria e Energia previamente à aprovação dos documentos de prestação de contas.

Art. 3.º — 1 — O diferencial e os proveitos ou encargos financeiros referidos no artigo 2.º serão contabilizados em subcontas das contas 67 e 78 do Plano Oficial de Contabilidade — POC, consoante corrijam situações hidrológicas favoráveis ou desfavoráveis.

2 — O saldo do balanço reflectindo os saldos acumulados da correcção de hidraulicidade será registado numa subconta da conta 27 do POC.

3 — O saldo devedor do extinto FAT será registado numa subconta da conta 27, a qual é debitada pelo custo de financiamento do respectivo saldo e creditada pelo adicional a que alude o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 202/86, de 22 de Julho, com as contrapartidas referidas no n.º 1.

Art. 4.º — As disposições deste diploma serão aplicadas pela EDP na apresentação das contas do exercício de 1986 e seguintes, devendo ser explicitados anualmente, no anexo ao balanço e demonstração de resultados, os movimentos verificados nas subcontas das contas 27, 67 e 78 referidas no artigo 3.º

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 29 de Dezembro de 1988. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Luís Fernando Mira Amaral*.

Promulgado em 5 de Janeiro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 9 de Janeiro de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 24/89

de 19 de Janeiro

Desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 191-C/79, de 25 de Junho, que se suscitaram dúvidas relativamente à transição para a carreira técnica superior dos funcionários não habilitados com licenciatura ou curso superior adequados providos à data na categoria de subinspector da carreira de pessoal técnico de inspecção da extinta Direcção-Geral da Previdência.

Situações, à partida, idênticas à descrita foram, entretanto, resolvidas de forma casuística e, mais recentemente, por aplicação do Decreto-Lei n.º 329-A/85, de 9 de Agosto, cujo âmbito é, no entanto, insuficiente para abranger os funcionários em causa, remetidos que foram para a carreira técnico-profissional.

Esclarecido, finalmente, no que concerne a estas situações, o alcance do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 191-C/79, importa repor a igualdade e resolver as situações ainda remanescentes.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º Os funcionários que em 1 de Julho de 1979 se encontravam providos na categoria de subinspector da carreira de pessoal técnico dos serviços de inspecção prevista no Decreto-Lei n.º 228/73, de 12 de Maio, transitam para a carreira de pessoal técnico superior da Inspeção-Geral da Segurança Social, independentemente de habilitações académicas, sendo-lhes garantida a possibilidade de acesso até inspector principal.

Art. 2.º — 1 — A transição a que se refere o artigo anterior far-se-á mediante provimento em lugar da categoria de inspector de 2.ª classe do quadro de pessoal da Inspeção-Geral da Segurança Social.

2 — Se o número de lugares a prover exceder o número de lugares vagos no respectivo quadro, serão criados os restantes lugares necessários, a extinguir à medida que vagarem.

3 — Serão extintos os lugares de técnico auxiliar principal que ficarem vagos por força da execução do disposto no número anterior.

Art. 3.º Para efeitos de contagem de tempo de serviço na categoria o provimento previsto no artigo anterior reporta-se à data de 1 de Julho de 1979.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 22 de Dezembro de 1988. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *José Albino da Silva Peneda*.

Promulgado em 5 de Janeiro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 9 de Janeiro de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.